



Pesquisa-Ação

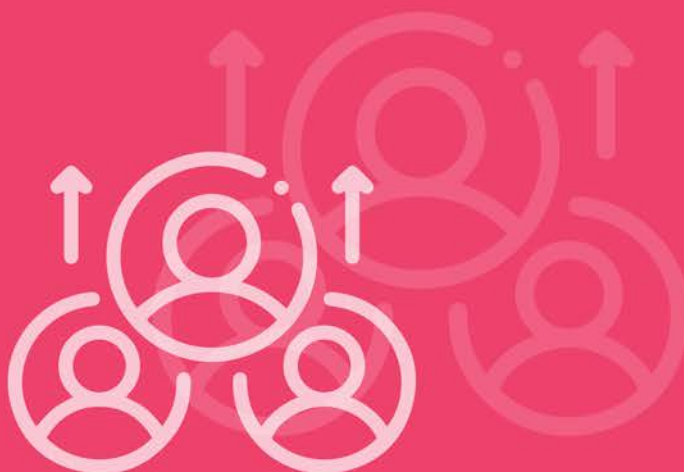
Agentes Culturais Democráticos



Módulo V:

Cultura e Desenvolvimento

Adriano de Oliveira Sampaio



Módulo V:

Cultura e Desenvolvimento

Módulo V:

Cultura e Desenvolvimento

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Salvador, 2024



O presente trabalho foi realizado com apoio do Fundo Nacional da Cultura do Ministério da Cultura - Brasil - Esta obra está sob licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0: esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA

S192 Sampaio, Adriano de Oliveira.
Cultura e desenvolvimento / Adriano de Oliveira Sampaio. - Salvador: UFBA; UFRB, 2024.
49 p. : il.

Esta obra faz parte do Projeto Pesquisa-Ação: Agentes Culturais e Democráticos.
Módulo V.

1. Cultura - Desenvolvimento. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Desenvolvimento social.
I. Universidade Federal da Bahia. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDU: 008

Elaborada por Marcos A. N. Ferreira
CRB-5: BA-001758/O

MINISTÉRIO DA CULTURA

Ministra: Margareth Menezes

Secretaria de Formação, Livro e Leitura

Secretário: Fabiano Piúba

Secretaria dos Comitês de Cultura

Secretária: Roberta Cristina Martins

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor: Paulo César Míguez de Oliveira

Vice-Reitor: Penildon Silva Filho

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos - IHAC

Diretor: Luís Augusto Vasconcelos da Silva

Vice-diretor: Milton Júlio de Carvalho Filho

Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT)

Coordenadora Geral: Sophia Cardoso Rocha

Vice Coordenadora: Lourivânia Soares Santos

Superintendência de Educação a Distância

Superintendente: Márcia Tereza Rebouças Rangel

Equipe de desenvolvimento do Projeto

Coordenador Geral: Antônio Albino Rubim

Vice-Coordenadora: Sophia Cardoso Rocha

Pesquisadores

Adriano de Oliveira Sampaio
Angela Maria Menezes de Andrade
Antônio Albino Rubim
Gisele Marchiori Nussbaumer
Giuliana D'El Rei Sá Kauark
Guilherme Rosa Varella
José Roberto Severino
Lourivânia Santos Soares
Luana Vilutis
Mariella Pitombo Vieira
Meran Muniz da Costa Vargens
Ohana Boy Oliveira
Sophia Cardoso Rocha

Orientadores de Pesquisa no AVA

Cora Santana
Nicia Riccio

Auxiliares de Pesquisa

Amanda Azevedo Sousa
Antonio Teófilo de Almeida
Beatriz Abreu Gomes

Bianca Kaizer de Oliveira
Breno Domingos de Oliveira
Camila de Oliveira Almeida
Caroline Dumas Oliveira
Ivalda Kimberlly Santos Portela
Jaqueline Souza
João Caetano Brandão Andrade
José Rayone Lima Borges
Kênia Natividade Santos Silva
Márdel Pereira dos Santos
Marina Vlacic Morais
Nathalia Oliveira Leal
Noédosn Conceição Santos
Nubia dos Reis Pinto
Pérola Cavalcante Dourado
Rodrigo Araujo dos Santos
Tássia Camile de Matos Barbosa
Thainá Silva de Oliveira
Thiago Carvalho de Sousa Correia
Tiago Leonardo Alves Muniz
Vanessa Avelar Barreto

Pesquisador Especialista em Tecnologias Educacionais:

Haenz Gutierrez Quintana

Pesquisador Especialista em Design Instrucional:

Lanara Guimarães de Souza

Pesquisador Especialista em AVA:

José Renato Gomes de Oliveira

Comunicação: Fernanda Pimenta

Secretaria Administrativa:

Lisandra Alcântara

Apoio Administrativo:

Delmira Nunes

Produção de Material Didático

Coordenação de Tecnologias Educacionais - CTE-SEAD

Coordenação

Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Projeto gráfico e Capa
Haenz Gutierrez Quintana
Danilo Barros

Foto de capa: Rawpixel

Supervisão:

Haenz Gutierrez Quintana
Danilo Barros

Editoração / Ilustração:

Ana Carla Sousa; Anatríz Souza;
Gabriela Cardoso; Matheus Morais;
Thalles Purificação; Tamara Noel

Revisão:

Flavia Goulart M. Garcia Rosa

Sumário

SOBRE O AUTOR, 11

APRESENTAÇÃO, 13

UNIDADE I

A NOÇÃO HEGEMÔNICA DE DESENVOLVIMENTO, 15

UNIDADE II

BREVES APONTAMENTOS SOBRE COLONIZAÇÃO E O
MODELO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL, 23

UNIDADE III

O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 29

UNIDADE IV

“DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE” PENSAR O SUL, 35

UNIDADE V

O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE E ESG PROMOVIDO
PELO CAPITALISMO, 41

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 49

LEITURAS SUGERIDAS, 51

Sobre o Autor

Professor associado na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, (Facom/UFBA) e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Poscultura/IHAC/UFBA). Professor Visitante na Universidade do Quebec em Montreal (UQÀM) (Canadá/Montreal), Capes-Print (2023.2). Bolsista Pós-Doutorado Sênior CNPq, vinculado ao INCT-INTREE (2024.1). Coordenador e idealizador do Mestrado Profissional em Gestão e Práticas em Comunicação e Cultura (Facom/UFBA) (2023). Pós-Doutorado pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) (2016-2017). Doutor e mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas - UFBA, com estágio doutoral pela Universidade de Paris III - Sorbonne Nouvelle, graduado em Comunicação Social - Relações Públicas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É líder do Grupo de Pesquisa: LOGOS - Comunicação Estratégica, Marca e Cultura, certificado pelo CNPq em 2014. Pesquisador da Red Latinoamericana de Investigación en Comunicación Organizacional (RedLaco). Desde 2010, coordena o programa de extensão Arte, Cultura e Ciência da UFBA, vinculado na Facom/UFBA. É autor e coautor de uma dezena de livros entre eles: *Comunicação Social em Territórios* (2020) e *Comunicação Estratégica e Gestão de Marcas* (2023), além de *Cultura em Tempos Sombrios*. Coordenador e idealizador da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Comunicação Estratégica e a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Comunicação Estratégica e Gestão de Marcas (Facom/UFBA). Foi coordenador do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura/IHAC/UFBA) e Diretor Editorial da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Organizacional e Relações Públicas - ABRAPCORP (2020-2021). Foi coordenador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult/UFBA) (2019-2020) e desde 2010 atua nesse grupo como pesquisador. É professor colaborador no Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania (PROGESP/EAD/UFBA). Atualmente, colabora no conselho editorial de periódicos nos domínios da Comunicação e da Cultura no Brasil e em Portugal.

Endereço para acessar o currículo lattes:

<http://lattes.cnpq.br/9158137242902645>



Imagem, Wikimedia Commons.

Apresentação



A noção de cultura atrelada ao desenvolvimento vem sendo abordada, geralmente, em uma perspectiva colonialista, sob o olhar eurocêntrico, e associada também à ideia de progresso. Neste módulo, problematizaremos essa visão buscando descortinar essa concepção mítica a partir de pensadoras(es) que ancoram essa crítica por intermédio das cosmovisões do Sul. Por fim, questionaremos na contemporaneidade, essa visão desenvolvimentista e o modo como o capitalismo, através dos estados e das empresas, vem se apropriando do discurso do empreendedorismo e da sustentabilidade como nova roupagem do capitalismo simbólico e material. Ao final do módulo, propomos uma perspectiva combativa ao discurso hegemônico neoliberal com vistas à apropriação dos agenciamentos dos recursos materiais e simbólicos mobilizados pelos patrocinadores dessa visão hegemônica.



Imagem, Allison Chaves. Flickr.

Unidade I

A Noção Hegemônica de Desenvolvimento

A noção dominante de desenvolvimento vem de um mito. Uma história que nos contaram e continuam contando sobre dominação, mas que é revestida por um outro binômio, também, mítico: civilização/progresso. Há uma noção de cultura, ainda vigente, na qual ter cultura é ser civilizado, ser erudito. Enquanto o Outro, do Sul, se caracterizaria pela sua oposição: selvagem/inculto. E esse foi o principal argumento utilizado pelos países do Norte do mundo para invadir, torturar e dizimar milhares de pessoas que viviam abaixo da linha do equador. Sobre os povos ancestrais, alguns vão dizer que eles eram os verdadeiros donos das terras, mas a própria ideia de “dono da terra”, deturpa a sua cosmovisão que não apreende a Terra como uma posse, mas sim como parte de um todo que compõe a coletividade na qual nasceram e vivem: o mundo e a sua ancestralidade.

“O planeta é mesmo maravilhoso e é abraçado, em várias tradições de povos ameríndios – da Terra do Fogo ao Alasca –, por uma poética permeada de sentido maternal” (Krenak, 2022, p. 33).

Seguindo nessa mesma perspectiva de Krenak, Chimamanda Adichie, escritora nigeriana, nos alerta sobre “os perigos de uma história única”. “Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente” ([ADICHIE, 2009](#)).



Figura 1. Chimamanda Adichie, Flickr.

*“Quando o português chegou
Debaixo de uma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português.”
(Oswald de Andrade)*

Esse genocídio do povo negro e dos povos originais marcaram o Sul do mundo constituídos por uma faixa de terra que se estende do México passando pela América Central, América do Sul e o continente Africano. As nações que sofreram o colonialismo – por intermédio da dizimação dos seus povos originais e a escravização de pessoas, como ocorreu no Brasil -- enfrentaram isso em virtude do modo como a cultura dita erudita, eurocêntrica, entendeu essa relação com esse Outro (inculto e incivilizado). O Outro era o não humano e, sob essa condição, barbáries foram justificadas e efetuadas sobre esses corpos (repúdio à sua cultura, a saber: sua linguagem, modos de vida, sistemas de crença, bem como torturas físicas e morais).

Essa diversidade de culturas e terras foi solapada, gradativamente, para uma monocultura, a da cana-de-açúcar, imposta pelas colônias com a finalidade de acumular riquezas. Juntamente com essa monocultura veio o genocídio dos povos originais, expulsos dos territórios, que eram guardiãs(ões), e do povo negro escravizado para servir de mão de obra barata. Essa noção de acúmulo de “riquezas” advém desta história única do Norte imposta ao Sul. Após a dizimação de milhões de pessoas durante os processos de colonização nas Américas, é estarrecedor constatar que há pouco mais de 500 anos, ou seja, há mais de cinco séculos, o acúmulo de riquezas seja, ainda, o modelo de desenvolvimento dominante no mundo. Ou pior. Ele está de tal maneira emaranhado nos modos de vida globalizados que o valor das pessoas está atrelado à essa visão econômica como nos lembra Zygmunt Bauman (2008).



Saiba mais!

O próprio nome América ao qual continuamos a nos referir à enorme extensão de terra que começa nos Estados Unidos, chegando até a ponta da Argentina foi assim nomeada em homenagem a Américo Vespúcio, primeiro colonizador espanhol. Em 1977, Takir Mamani, diante do Conselho Mundial dos Povos Indígenas (fundado em 1975 em Port Alberni, Canadá), propôs o nome Abya Yala para designar toda a América (Fonte: LISBOA, Armando de Melo. *Revista educação pública* Cuiabá, v. 23, n. 53/2, maio/ago. 2014).

Os esforços da Economia enquanto disciplina em desassociar a noção de cultura ao capital material, advém de uma visão também monolítica de mundo: a monocultura simbólica, que toma como base a ideia de que existem países civilizados e selvagens. Extrativismos de biomas (vegetação, minérios e outras riquezas naturais) se perpetuam também em sua dimensão simbólica nos modos de produção e no consumismo que trazem como consequência a homogeneização das experiências estéticas, nos dias de hoje, baseados numa ocidentalização do mundo por intermédio dos meios de comunicação e finanças nas bolsas de valores. Como será abordado nas próximas unidades.

Sabemos que a própria palavra empregada pelos colonizadores “índio” é uma farsa advinda de uma falácia a de que os navegadores procuravam o caminho para a Índia, uma vez que os turcos haviam fechado a rota comercial das nações europeias com aquele território. Logo, os povos aqui encontrados eram, para eles, índios. Observem que essa palavra está ancorada em uma inverdade, uma vez que os colonizadores do século XV já sabiam da existência dessa parte de terra que invadiram, antes mesmo das navegações. A nomeação errônea dessas pessoas perpetua ainda hoje sobre elas, por intermédio dessa história única que fala Adichie (2009). As navegações promovidas por Portugal e Espanha no século XV, por exemplo, são celebradas, até os dias de hoje, pela história hegemônica como um marco na história e atribuída, inicialmente, a esses países. É pouco sabido que a China, desde o século XII, desenvolveu expedições marítimas de maior porte na Índia e no continente africano.

Figura 2. Rota das viagens chinesas. As sete viagens de Zheng He.



FONTE: Wikimedia Commons.

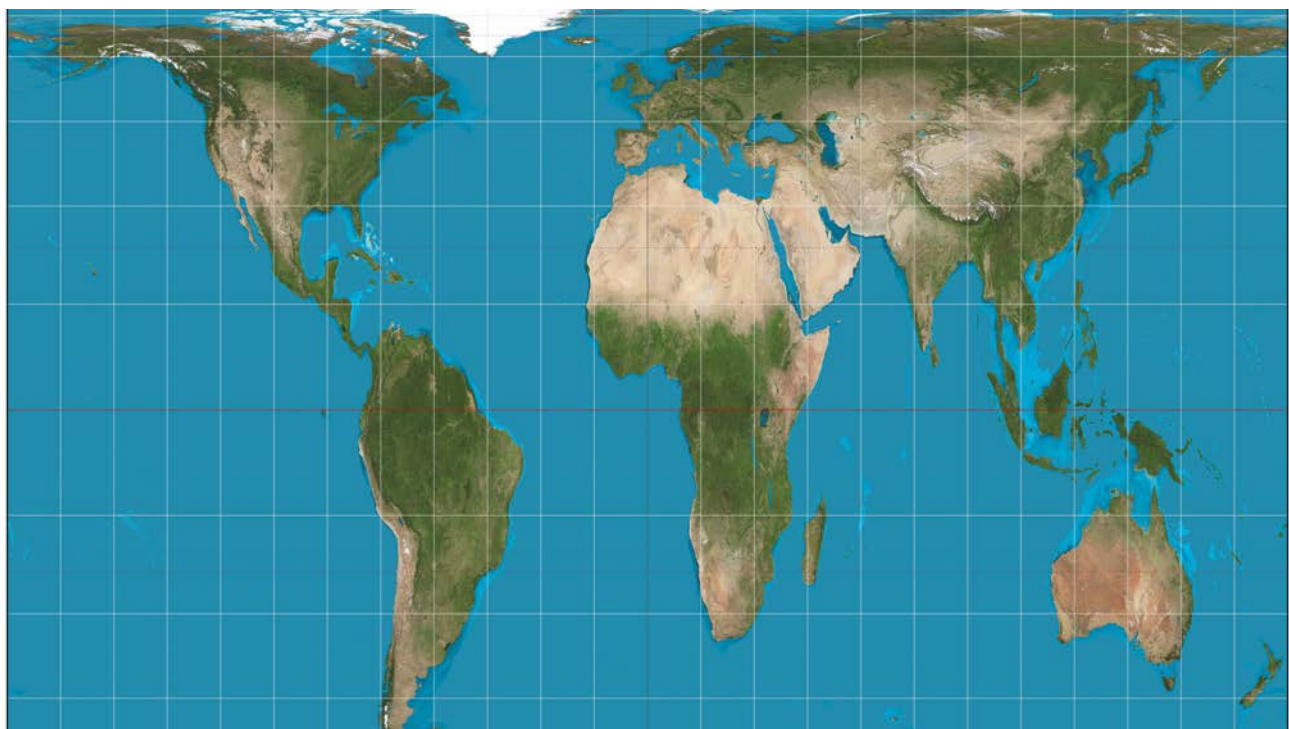
Pelo tamanho e poderio essas expedições deixam muito atrás a de Pedro Álvares Cabral. Numa delas, Zheng He levou 28.560 homens em 63 navios, muitos deles com mais de quinhentas toneladas. [...] Na primeira viagem, iniciada em 1405, os chineses chegaram a Calicute. Na segunda em 1407, percorreram o Cochim, Sião, Timor, Java, a costa oeste da Índia. Na terceira, foram ter ao Ceilão, em 1409. Na quarta, partiram em 1414 e arribaram a Ormuz. Nas três últimas, em 1417, 1421 e 1432, visitaram Mogadixo, Brava, Melinde e outros pontos da África (Silva, 2021, p. 344).

Assim como Adichie (2009), um outro pensador Todorov Tzevan (2003) escreveu um livro chamado *A conquista da América. A questão do outro* questionando essa visão única da história. A sua principal tese é a de que a dominação dos colonizadores europeus teve êxito graças, também, a diferentes concepções simbólicas, para além da pólvora. Dominar e civilizar não faziam parte da cosmovisão experienciada no Sul. O que procurava o hemisfério norte quando veio com suas naus e colonizadores ao Sul? Riquezas em ouro e prata, dominação de terras e gentes.

É arbitrária a própria convenção Norte e Sul, mas é a leitura dominante a projeção de Mercator. Como exemplo contrário a essa visão, apresentamos a seguir o mapa sugerido por Peters. Na sequência, vimos uma outra visão do mapa-múndi que o coloca em ponta cabeça em relação à visão hegemônica.

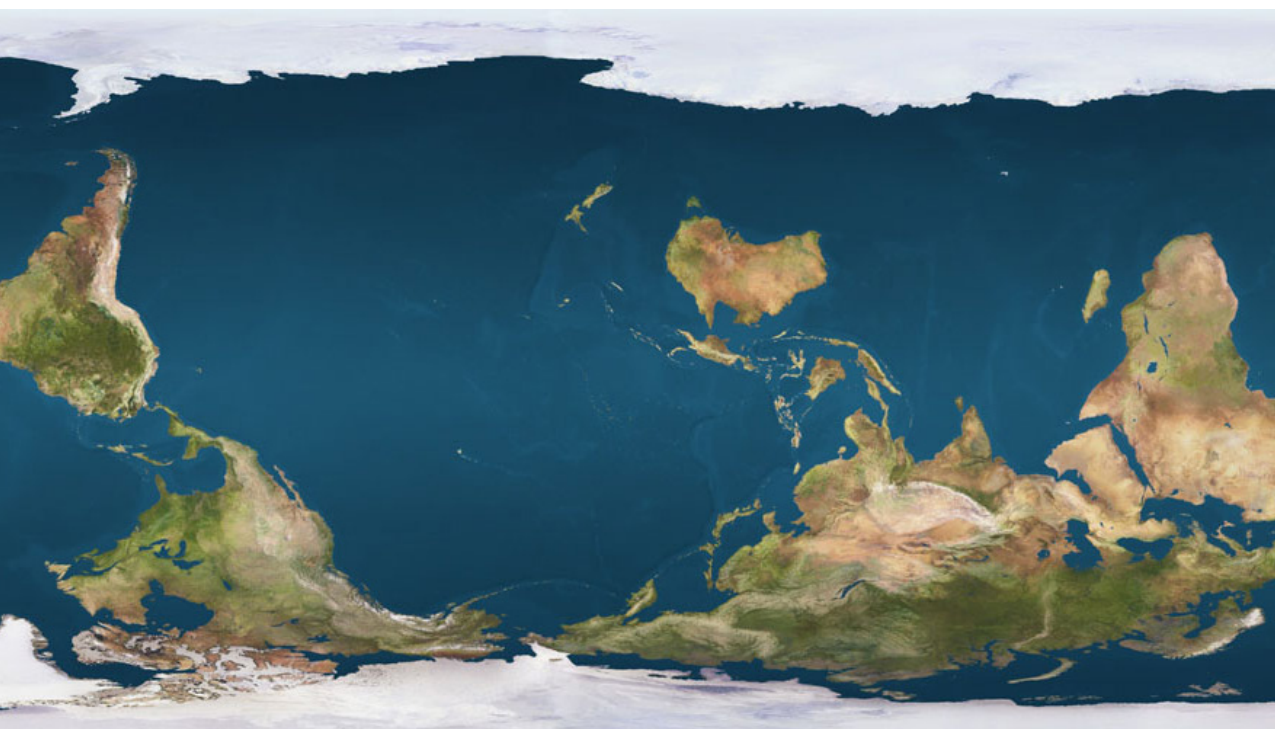
Figura 3. Mapa de [Mercator](#)

FONTE: Wikimedia Commons.

Figura 4. Mapa de [Peters](#)

FONTE: Wikimedia Comons

Figura 5. Mapa Mundí invertido.



FONTE: Wikimedia Commons.

Nas próximas unidades continuaremos a problematizar essa visão eurocêntrica de progresso e civilização que culminou na noção de desenvolvimento. O intuito é estabelecermos um pensar em conjunto sobre formas democráticas de apropriação dos recursos simbólicos e materiais que são colocados em jogo nas artes e na cultura.

É válido ressaltar que a noção de cultura presente neste módulo é ampliada e, para tanto, devemos relacioná-la à antropologia cultural que tomamos aqui como referência a metáfora de teias e redes de significação tal qual nos lembra o antropólogo Clifford Geertz e que também foi apresentada e transformada em políticas públicas pelo Ministro Gilberto Gil (2003) como o “do-in antropológico”.

O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teia de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado (Geertz, 2008, p. 15).

Esses sistemas de significação são distintos e respeitar as artes, as culturas e suas múltiplas formas de apreensão é essencial. Dito isso, é questionável a própria noção de desenvolvimento. Como são diferentes os sistemas de crença não podemos assegurar que o progresso, como é preconizado pelos países do Sul, pode ser pensado de modo uniforme a todos os territórios. A crítica a essa visão foi um legado da antropologia cultural e de muitos pensadores do Sul. Comentaremos, em unidades seguintes, que Celso Furtado, Milton Santos e Amartya Sen oferecem tensionamentos sobre essa forma de aprender o binômio cultura e desenvolvimento. Contudo, antes, faz-se necessário refletir sobre o modelo desenvolvimentista presente no país desde a sua colonização.



imagem, Wikimedia Commons.

Unidade II

Breves Apontamentos Sobre Colonização e o Modelo Desenvolvimentista no Brasil

Quando os colonizadores chegaram nas américas trouxeram consigo o modelo de desenvolvimento econômico do Norte. Nele prevalece a máxima preconizada por Adam Smith (2023) em *A riqueza das Nações* sua principal tese é o progresso associado ao acúmulo de riquezas. Mesmo as coloniais do norte, Estados Unidos e Canadá, por exemplo, foram dominadas, mas denominadas colônias de povoamento. Nesse modelo, os colonos vinham para as novas terras com o intuito de recomeçar uma nova vida. Não amenizamos, com isso, também o genocídio que se fez presente nessas terras a exemplo do Canadá e Sul dos Estados Unidos. Entretanto, as colônias de extração como foi o caso do Brasil, já sofreram, logo de início, a exploração das “riquezas” naturais e a opressão dos nativos e pessoas escravizadas vindas de distintas nações do continente africano.

Em terras brasileiras essas pessoas sofriam, além dos maus-tratos e torturas físicas, violências simbólicas, pois, tiveram a sua cultura negada. Abnegaram a sua língua e foram obrigadas a ressignificarem seus sistemas de crença, promovendo o sincretismo com a fé judaico-cristã.

“Foi assim que descobri como os pretos guardavam os seus santos, escondidos dos olhos dos brancos, e que todas aquelas paredes já deviam estar apoiadas em quase nada. Até Esméríta tinha lá os seus orixás, mesmo já estando acostumada aos santos dos brancos e tendo simpatia por alguns deles, como São Benedito, que era preto como nós, ou Nossa Senhora da Conceição, que se reza como Iemanjá, assim como São Jorge é Xangô e Santo Antônio é Ogum, ou São Cosme e São Damião, que são os ibêjis.”
Gonçalves (2022, p. 90).

Figura 6. *Plantation*, plantação em português.



FONTE: Rawpixel.

É impossível refletir acerca da relação entre cultura e desenvolvimento no Brasil sem questionar a chaga do massacre indígena e da escravidão nas *plantations*¹. A posse de terras e gentes foi o modelo implementado pelo Norte ao forjar, pelas mãos dos colonizadores, a dimensão de terras que eles mesmos denominaram (Brasil) graças à grande quantidade de pau-brasil, cuja extração foi a primeira atividade econômica exercida pelos portugueses. O açúcar, 16 anos depois, passa a ser a nova forma extrativista muito lucrativa para as colônias no Ocidente.

1 N da T. A *plantation*, plantação em português, foi um sistema de exploração colonial utilizado entre os séculos XV e XIX, principalmente nas colônias europeias na Américas, que consistia em quatro características principais: grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravizado e exportação para a metrópole. Esse sistema criava ainda uma estrutura social de denominação centrada na figura do proprietário do latifúndio, o senhor, que controlava tudo e todas/os ao seu redor” (Kilomba, 2019, p. 29).

A primeira vez que se mencionou o açúcar e a intenção de implantar uma produção desse gênero no Brasil foi em 1516, quando o rei d. Manuel ordenou que se distribuíssem machados, enxadas e demais ferramentas às pessoas que fossem povoar o Brasil e que se procurasse um homem prático e capaz de ali dar princípio a um engenho de açúcar [...] (Schwarcz; Starling, 2018, p. 54).

Era evidente que os engenhos de açúcar foram um modelo econômico de enriquecimento das metrópoles e de exploração de terras e pessoas nativas, em um primeiro momento, e depois as escravizadas. Sabemos o quanto esse modelo perverso ceifou vidas e enriqueceu os cofres das metrópoles, uma forma que se estendeu por quase 400 anos. Sendo o Brasil, o último país a abandoná-la.

A pressão da Inglaterra sobre Portugal e Espanha pelo comércio de açúcar no mundo ocidental fez com que o escravagismo fosse enfraquecido no Ocidente. A Inglaterra não dispunha de colônias tão vastas e pessoas sob o domínio escravista a exemplo de Espanha e Portugal. Muito longe de ideais libertários, sabe-se que o fim da escravidão nas Américas teve como motivação uma disputa comercial entre essas potências, entre o açúcar de beterraba, Inglaterra, e a cana de açúcar, Espanha e Portugal. Não minimizamos, com isso, as diversas lutas internas com vistas à emancipação de terras e gentes, a exemplo do Quilombo dos Palmares, Revolta dos Búzios, Balaiada, entre outras, mas que foram brutalmente exterminadas pelo poderio bélico da Colônia.

Essa cruel herança de dizimação dos povos originários e a monocultura escravagista trazem uma enorme lacuna no modo de pensar o desenvolvimento do país. É como se este país fosse sempre um lugar de passagem, um lugar a ser explorado. Quais foram os desdobramentos dessa política desenvolvimentista no enorme contingente de pessoas que restaram dessa dizimação e do modelo escravagista? Que políticas de inserção social e reparação social o estado brasileiro fez valer para essas pessoas que constituem essa nação? Sabemos que a Abolição da Escravatura em 1888 deixou à margem do processo de reinserção social o povo negro; e, o Brasil foi o último país a erradicar esse sistema. Também, até hoje, discutem-se as demarcações das terras indígenas e o respeito à cultura dos povos originários e seus modos de vida sem grandes avanços.

Ainda imbuído pela resistência dos povos originários no Brasil, Abdias Nascimento (2019) cunhou o termo “aquilombamento urbano” que foi a forma de resiliência encontrada por esses povos que precisaram subir os

morros das cidades em busca de moradia, condições de vida e criaram – assim como nos Quilombos, desde Zumbi dos Palmares – uma versão contemporânea de sobrevivência à face virada de costas do Estado brasileiro. Como pensar nos moldes do desenvolvimento econômico dominante uma nação desprovida de amparo e condições materiais ao seu povo?

Nesse sentido, o Brasil não está sozinho. Essa mesma história é enfrentada pelos países do Sul. O binômio civilizado-selvagem e o desrespeito à alteridade foram implementados em toda essa faixa de terra e gente que após a chegada de Cristóvão Colombo, em 1492, passou-se a se chamar América. Nesse mesmo período foi imposto um imaginário para legitimar a superioridade do europeu civilizado sobre o selvagem, inferior e primitivo.



Figura 7. Okê Oxóssi, MASP.

A separação positivista entre homem e natureza foi o modelo de pensamento utilizado pela ciência europeia (Francis Bacon e René Descartes). Nele, o homem aparece como o dominador da Natureza, no centro. Já vimos que essa separação entre humano e natureza não é condizente com a cosmovisão dos povos originários. “Humanismo é uma palavra companheira da palavra desenvolvimento, cuja ideia é tratar os seres humanos como seres que querem ser criadores, e não como criaturas da natureza, que querem superar a natureza.” (Bispo, 2023, p. 30).

A engrenagem do eminente capitalismo que se fundou na exploração das colônias e da escravidão e, posteriormente, ofereceu as bases do processo de industrialização, funda-se nessa noção de dominação da natureza e manipulação dos seus recursos que são transformados em capitais. Houve o esforço de outros pensadores para criar indicadores diferentes dessa visão desenvolvimentista.

Tabela 1.1 Indicadores de visão não desenvolvimentistas por pensadores.

Indicador	Breve descrição	Autoria/ ideias	Ano Proposição
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	“Busca medir o desenvolvimento de uma maneira mais complexa, entendendo-o como um processo de ampliação de oportunidades e capacidades das pessoas.”	Amartya Sen, indiano.	1990
Desenvolvimento em Escala Humana	Matriz que engloba nove necessidades humanas básicas “axiológicas”: subsistência, proteção, afeto compreensão, participação, criação, diversão, identidade e liberdade e quatro necessidades existenciais: ser, ter, fazer e estar.	Manfred Max-Neef e Antonio Elizalde e Martin Hopenhayn, chilenos.	1986
Índice de Capacidades Básicas	Calculado como a média de três indicadores: mortalidade de crianças menores de cinco anos; saúde reprodutiva ou materno infantil [...] e educação [...].	Organização Social Watch	-
Índice de Bem-Estar Econômico e Social	“corrige o PIB por desigualdades, trabalho doméstico e depreciação do capital natural.	Herman Daly e John Conn, norte-americanos.	1989
Índice do Planeta Feliz	“Baseada em 3 indicadores: esperança de vida ao nascer, satisfação com a vida, (bem-estar subjetivo) e pegada ecológica.”	Organização Britânica The New Economics Foundation.	-
Índice de Felicidade Interna Bruta	“onde se faz esforços dignos de ser conhecidos e analisados para seguir enriquecendo o debate” (sobre o Bem-Viver).	Butão, país asiático.	-

FONTE: Criação própria a partir de Acosta (2016).

Antes mesmo dessas concepções, Celso Furtado, economista brasileiro, buscou descortinar, na década de 70, as visões de desenvolvimento relacionada ao progresso anunciando a tese de que essa visão era um mito. É o que abordaremos na próxima unidade.



Imagem, Wikimedia Commons.

Unidade III

O Mito do Desenvolvimento Econômico

Aqui é preciso inverter a lógica, até então apresentada, e para tanto faz-se necessário retomar o estudo de Celso Furtado de 1974 em *O mito do desenvolvimento econômico*. Furtado apresenta nesse estudo que existia no final da década de 1970 um mito nas ciências sociais. As pesquisas apontavam que o desenvolvimento econômico dos países, no auge da revolução industrial, poderia ser universalizado. Furtado contrapõe essa concepção de desenvolvimento com base no Estudo “The Limits to Growth”, desenvolvido por pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT) - reconhecida universidade e centro de pesquisa, principalmente, nas áreas de tecnologia e economia até hoje - para o Clube de Roma. E esse estudo trazia a seguinte questão: o que acontecerá se o desenvolvimento que está sendo preconizado pelos países ricos for universalizado?

A preocupação desses países não era altruísta, e não achavam que os países ricos dependeriam dos países pobres ou ainda que não deveriam promover a conscientização do uso predatório do meio ambiente. Pelo contrário, o principal problema seria: “se tal acontecesse a pressão sobre os recursos não renováveis e ... **o custo do controle da poluição seria tão elevado que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso**” (Furtado, 1974, grifo nosso). Vivenciamos, 50 anos depois, o colapso que Furtado e outros já apontavam na década de 1970 advindos desse modelo de desenvolvimento implementado pelo Norte do mundo. Em seu livro de memórias pode-se encontrar a seguinte afirmação de Furtado (1974): para entender a vida da sociedade, é preciso saber como é que se mata a fome, primeiro. Discutiremos na unidade seguinte o quanto essa afirmação de Furtado está presente também em Amartya Sen (2010) ao empregar a noção de desenvolvimento atrelada à liberdade.

Aqui em nosso século e pouco mais de 50 anos, depois, e mesmo após a mais recente e devastadora pandemia, covid-19, não nos parece que essa concepção de desenvolvimento mudou assim como a sua perspectiva linear. A ideia de desenvolvimento econômico apresentada por Celso Furtado é em forma de uma espiral, cíclica e está intimamente relacionada à noção de cultura antropológica, similar a de Geertz). Nesse caso, não existe um percurso de desenvolvimento que todos os países devem passar, muito pelo contrário. E aqui fica uma outra pergunta:



Reflita comigo!

É Preciso Desnaturalizar o Mito do Desenvolvimento Econômico.
E um Outro Modelo é Possível?

Uma das respostas a essa pergunta, sabemos, foi abordada pelo Prof. Milton Santos (2003) no célebre livro *Por uma outra globalização*. Com a pandemia do covid-19, presenciamos a imposição dessa aldeia global. Nesse contexto e nos seus desdobramentos, foram possíveis também perceber as divergências entre o Norte e o Sul do mundo e os “norte” e “sul” presentes também nas cidades e na dicotomia centro e periferia, já preconizadas por Milton Santos.

A aceleração tecnológica das cidades ocasionou também uma diferente disposição na relação entre tempo e o espaço que são cada vez mais relativizados. Toda essa mudança de paradigma ocasionou a aparição de “não lugares”: “[...] por “não lugar” designamos duas realidades complementares, porém, distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços [...]” (Augé, 2012, p. 87). Esses locais são ainda: “[...], aqueles que tomamos emprestados quando rodamos na autoestrada, fazemos compras no supermercado ou esperamos num aeroporto o próximo voo [...]” (Augé, 2012, p. 88).

Estamos cada vez mais vinculados a espaços compartilhados que são semelhantes em diversos lugares do globo. Os saguões dos aeroportos, os metrô, elevadores, salas de cinema, *shoppings centers* entre tantos outros espaços não são dotados de particularidades locais e poderiam estar em qualquer lugar do mundo. Esses lugares concebidos dessa forma favorecem ao modo de estar no mundo ocidentalizado e cada vez mais estamos inseridos em espaços que poderiam estar em qualquer lugar. Um vazio de sentido e traços identitários suprimidos pela homogeneização e ocidentalização da cultura, produtos do consumismo e do capitalismo.

A rede de aeroportos Vinci, por exemplo, ajuda a difundir esses não lugares. Essa organização opera mais de 65 aeroportos em todo o mundo, sendo: 13 na França, 10 em Portugal, três no Camboja, dois no Japão, seis na República Dominicana, um no Chile e dois no Brasil. Observem algumas imagens deles em Salvador, Paris e na cidade do Porto e como poderiam estar em qualquer lugar, pois não dispõem de referências dos locais onde estão inseridos.

Figura 8. Aeroporto de Salvador.



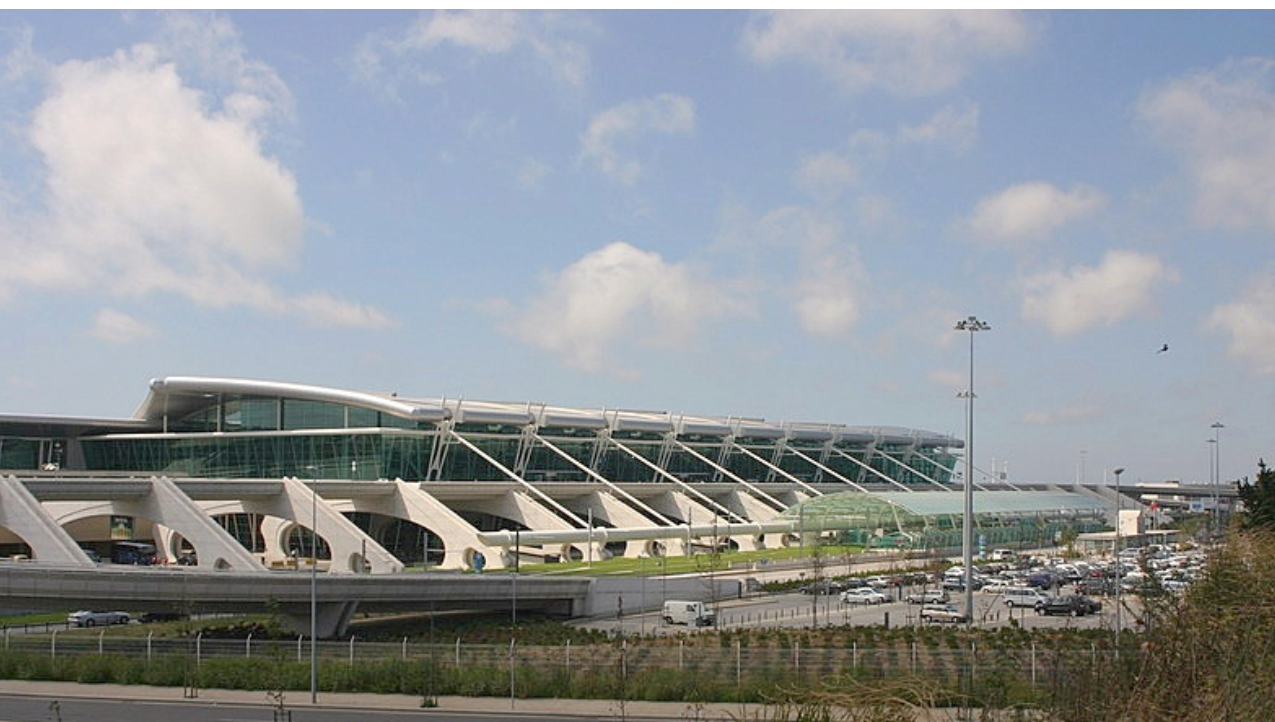
FONTE: Wikimedia Commons.

Figura 9. Aeroporto de Paris.



FONTE: Flickr.

Figura 10. Aeroporto do Porto.



FONTE: Wikimedia Commons.

Os produtos, por sua vez, por serem cada vez mais similares, nos tornam parte de um mesmo grupo de consumidores, a exemplo do fast food. Em certa medida, essas marcas e não lugares (Augé, 2002) ajudam a tornar comum algo que seria, até então, diferente por estarem situados em territórios distintos.

Essa mesma visão monolítica de cultura, como discutimos em outras unidades, advém do modo do processo civilizatório da monocultura da cana de açúcar e das *platações*. A mesma base extrativista ancora a relação atual da indústria do agronegócio. Sabemos que esse modo de produção continua a agir de forma lobista no congresso e senado brasileiros e suas pautas estão interligadas ao não avanço de políticas inclusivas aos povos originários. Pelo contrário, recentemente a discussão no legislativo sobre o “Marco Temporal” consiste em mais uma ameaça aos povos originários brasileiros.

A pandemia do covid-19 se constituiu como um marco na história mundial, e, particularmente no ocidente. Um sintoma de que o modelo desenvolvimentista não suporta mais o peso da riqueza material que ele mesmo vem acumulando. Se por um lado, aglutinam-se riquezas materiais e desigualdades; vivemos um contexto cada vez mais marcado pela ausência de sentido como se o consumo fosse compensar os buracos de sentido e imaginário do modelo proposto por uma *Vida para consumo* (Bauman, 2008) e em uma *Sociedade do cansaço* de Byung-Chul Han (2015). Observaremos na unidade cinco que essa cultura homogeneizante ocidentalizada é promovida por uma associação de grandes empresas de dados a exemplo da Meta e das noções de cultura, comunicação e novas tecnologias (Sodré, 2021).

Também foi a pandemia do covid-19 que pôde trazer à tona ao social, o quanto a arte e a cultura salvaram pessoas do colapso psíquico. Lembremos que no Brasil, nesse período, a partir de lutas das(os) agentes culturais brasileiros foi possível efetivar experimentações artísticas no digital e brigar pela aprovação no Legislativo brasileiro da Lei Aldir Blan (LAB) 1 e 2 e, mais recentemente, Lei Paulo Gustavo (LPG) . Essa retomada do Ministério da Cultura (MinC), em 2023, permitirá a continuidade dessa luta da classe cultural por mais cinco anos. A luta atual é institucionalizar esse mecanismo de fomento como modo de garantia ao povo brasileiro, para além dos governos, como nos lembrou o Secretário de Formação, Livro e Leitura, Fabiano Piúba, na [palestra de abertura deste projeto](#). Lembramos também que a institucionalização da cultura será tema de um módulo subsequente neste projeto.



Imagem, Wikimedia Commons.

Unidade IV

“Desenvolvimento como Liberdade” Pensar o Sul

O que poderia ser pensado como um outro modelo de desenvolvimento para além daquele imposto pela lógica do Norte do mundo? Uma das respostas à essa pergunta advém do economista indiano Amartya Sen (2010). Ao inserir a noção de liberdade como um fim para o desenvolvimento econômico, Sen inverte a lógica preconizada por Adam Smith, orientadora dos modelos de desenvolvimento no mundo e preconiza o desenvolvimento econômico como uma forma de chegar à Liberdade. Aqui encontramos uma forte imbricação entre o pensamento de Sen, Furtado e Santos, esses último já mencionados em unidades anteriores. Ambos afirmam que é impossível pensar em desenvolvimento econômico sem resolver o problema da fome que persiste em assolar o mundo.

Animados por concepções dessa ordem o Estado brasileiro, em 2011, no governo da presidenta Dilma Rousseff, lançou o slogan: “País rico é país sem miséria”. Os dados das gestões progressistas no país demonstram uma melhor distribuição dos indicadores sociais (Costas, 2016).

Figura 11. Governo Federal (2011).

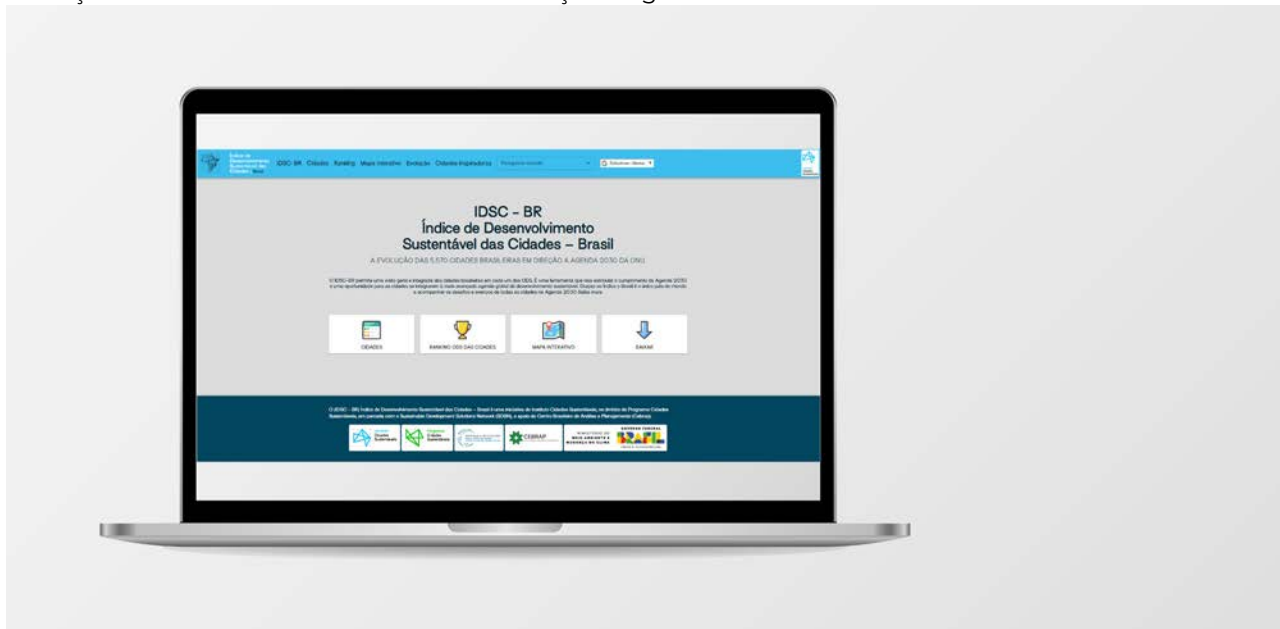


A descontinuidade dessa política econômica adveio pelas mãos da Elite do Atraso (Sousa, 2019) e culminou no golpe de 2016 e o impeachment da primeira presidenta no Brasil, em seu segundo mandato. De mãos dadas a esse processo, adveio uma crise nas instituições brasileiras e o questionamento da nossa recente democracia e seu sistema eleitoral com Aécio Neves. Esse ataque orquestrado à democracia foi a semente do que viria em 2018 e os assaltos que continuariam a sofrer o campo social brasileiros e suas políticas de reparação social. Essas ameaças à democracia culminaram no autoritarismo e uma nova tentativa de golpe de estado, que se encontra em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro, no fatídico 8 de janeiro de 2023.

Ao refletir acerca da democracia, da cultura e do desenvolvimento retomamos à noção de desenvolvimento como liberdade apresentada por Sen. Para o autor, é preciso remover as principais formas de privação da liberdade: a pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (Sen, 2010, p. 16). Pode parecer que essas discussões só interessariam aos países do Sul, mas não somente. Sen traz dados instigantes para pensarmos a relação entre aqueles que estão em classes econômicas privilegiadas em países desenvolvidos e outros no Sul. Quando desenvolveu a sua pesquisa, Sen demonstra que os afro-americanos são relativamente pobres caso sejam comparados aos brancos ricos americanos, mas ainda ancorado num sistema de desenvolvimento hegemônico, são mais ricos quando comparados aos habitantes do terceiro mundo. Entretanto, suas chances de chegarem à idade adulta é menor quando comparado a pessoas que vivem na China, Sri Lanka ou partes das Índia.

Essas contradições se devem à uma outra perspectiva de olhar que não privilegia os dados absolutos do Produto Interno Bruto (PIB) dos países. É preciso também olharmos para os números do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). E foi esse pensamento de Sen na década de 1990 que possibilitou a construção desse indicador, o IDH. Na unidade seguinte, apresentaremos uma visão inicial acerca da agenda global dos Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), 2030, e como ela pode vir a apontar importantes indicadores em relação ao desenvolvimento atrelado à liberdade. Mencionaremos, ainda, uma plataforma desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2024) que possibilita a população observar esses dados nos municípios brasileiros. Seria interessante avaliar essas informações no município que habita antes de elaborar os planos de ação ao final deste projeto.

Figura 12. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil. A evolução das 5.570 cidades brasileiras em direção a agenda 2030 da ONU.



FONTE: Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>

Pensar o desenvolvimento como liberdade passa por um caminho de observação simultânea de papéis relevantes no processo de desenvolvimento de muitas instituições diferentes a saber: mercados, governos e autoridades locais, partidos políticos e outras organizações cívicas, sistema educacional e oportunidades de diálogo e debate abertos, incluindo aqui o papel da mídia e outros meios de comunicação. Ainda mais num país, como o Brasil, marcado por ausências e autoritarismos (Rubim, 2007).

A participação social está presente no modelo proposto por Sen e subdividido em cinco tipos de liberdade numa perspectiva instrumental. Esse pode vir a efetivar o desenvolvimento como liberdade são eles:

I – Liberdades Políticas

II – Facilidades Econômicas

III – Oportunidades Sociais

IV – Garantias de Transparência

V – Segurança Protetora.

Cada um desses aspectos pode favorecer às capacidades humanas e promover as liberdades substantivas. É válido salientar que elas se complementam mutuamente e não podem ser pensadas de forma isolada. Ao assumirmos essa concepção de desenvolvimento como liberdade não podemos perder de vista que a participação é uma questão substancial como parte do processo de desenvolvimento.

O tema da participação e sua relação com a cultura será abordado em módulos subsequentes. Entretanto, neste sentido, cabe aqui lembrarmos que foi o então Ministro Gilberto Gil que, em 2003 a 2011, no Brasil, materializou – no seu discurso de posse junto ao ministério da cultura, por intermédio do seu “do-in antropológico” – a metáfora da cultura enquanto teias de significação. Essa perspectiva foi inspiradora para relevantes modelos de participação popular na construção de políticas públicas na gestão da cultura no Brasil, naquele período, a exemplo do Programa Cultura Viva e as Conferências de Cultura (Botelho, 2001). Atualmente, o Brasil vivencia a sua 4ª conferência de cultura bem como os seus desdobramentos, graças à recriação do Ministério da Cultura em 2023 e esse histórico das pessoas ativistas nas artes e/ou aos agentes culturais.

No âmbito do fomento à cultura, quando um gestor cultural na área pública constrói um plano de cultura, a gestão da comunicação pública e participação devem se fazerem presentes. Isso porque o(a) gestor(a) cultural que siga os marcos legais da Constituição Federal e das leis orgânicas de cultura - nos seus mais diversos níveis: municipal, estadual e federal - precisa dialogar com o domínio da comunicação pública de forma multidisciplinar.

As conferências de cultura realizadas na gestão dos Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira podem ser também aqui entendidas como uma modalidade de comunicação que serviram para inspirar e exercitar o lugar da escuta e possibilitaram orientar os gestores públicos, nos mais diversos níveis: municipal, estadual e federal, com a finalidade de construírem, de maneira coletiva, os planos de cultura nos territórios brasileiros. Dito isso, naquele período, os estados e os municípios brasileiros iniciaram a construção e implementação dos seus respectivos sistemas de cultura seguindo a concepção do CPF da cultura: Conselhos, Planos e Fundos de Cultura. Esse dispositivo

possibilitou, posteriormente, a execução das Leis Aldir Blanc 1 e 2 e Paulo Gustavo.

Esse modelo federal foi e vem sendo implementado nos estados e municípios brasileiros. Mais recentemente e devido a essa mobilização de agentes das Artes e da Cultura foram aprovadas as leis emergências da cultura (Leis Aldir Blanc 1 e 2 e Lei Paulo Gustavo²), apesar dos vetos decretados pelo poder executivo brasileiro entre os anos de 2020 a 2022.

As interfaces entre o campo da cultura e da comunicação pública devem ser fomentadas com vistas a pensar modelos de implementação de políticas públicas que dialoguem com uma visão ampliada também de comunicação pública. Dito isso, não compactuamos com a ideia de que apenas os entes públicos podem e devem construir políticas públicas, mas sim também a sociedade civil organizada através de um processo de conscientização e exercício da cidadania (Dagnino, 2004). Nele a sociedade civil pode e deve participar de forma efetiva e questionar até mesmo os modelos de participação cidadã sugeridos pelo poder público e entes privados. Pensar a noção de desenvolvimento como Liberdade passa pelo aprofundamento do viés da participação e essas perspectivas serão mais aprofundadas em módulos subsequentes.

2 As leis Aldir Blanc 1 e 2 foram assim denominadas pelo segmento cultural, mas juridicamente é conhecida como, respectivamente: lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 e lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022. Já a lei Paulo Gustavo é a lei complementar nº 195/2022.



Imagem, Wikimedia Commons.

Unidade V

O Discurso da Sustentabilidade e ESG Promovido Pelo Capitalismo

David Harvey (1989) demonstra o quanto a visão de empreendedorismo aplicada à gestão pública colabora para uma concepção mercantilizada dos territórios e das pessoas. Segundo esse estudioso, o capitalismo potencializa a comercialização e esquece da inclusão das políticas sociais que são fundamentais para o bem-estar do cidadão, bem como para os visitantes. Quando o Estado passa a ser esse agente promotor do território enquanto mercadoria, ele o utiliza, exclusivamente como um espaço de negócios e geração de lucro.

Esse pensamento também encontra em um pensador brasileiro o seu respaldo. Muniz Sodré defende que necessitamos “[...] estar plenamente consciente das **transformações institucionais capitaneadas por organizações empresariais de ponta tecnológica, que se empenham em moldar ideologicamente’ Estado e cidadãos**, inclusive nas formas mínimas e neoliberais do ‘governo de si’” (SODRÉ, 2021, p. 29, grifo nosso).

Neste sentido, Muniz Sodré e Raquel Paiva (2021) vão cunhar a noção de “Sociedade incivil” marcado pelo ordenamento humano governado de forma global pelas tecnologias de comunicação e solidárias à transformação no modo de acumulação do capital, à desestabilização das formas conservadoras de representação do mundo.

Figura 13. Deputada acusa robô que faz desenhos ao estilo Pixar de racismo após tecnologia gerar imagem de mulher negra armada.



FONTE: G1.

Para os pensadores brasileiros precisaríamos regatar a política e a democracia desse modo de apreensão da realidade que primam pela descentralização das decisões, ao “indivíduo-cidadão” somado a uma espécie de evangelização da eficácia monetária em todas as questões relativas à vida. Para eles, esse discurso do capitalismo como religião, é o caldo civilizatório da sociedade incivil.

Isso se constitui como uma bola de neve e que perpassa às nações. Nele vimos a “a aceleração do processo de enriquecimento pela aplicação financeira em papéis, que “extraí” o dinheiro do setor produtivo, tornando os aplicadores (rentistas predatórios, que acumulam lucros ou dividendos acionários) mais ricos do que nunca e gerando colossais efeitos de desigualdade social” (SODRÉ, 2021, p. 74-75).

Esquecemos a imbricação existente entre cultura e comunicação e como ambas estão implicadas nessa relação do desenvolvimento preconizado pelos países do Norte. “[...] O fato é que **capitalismo financeiro e comunicação constituem, no mundo globalizado, um par indissolúvel. A comunicação é fundamental à totalidade do capital desde o momento de produção do valor até as diferentes etapas de circulação, que desembocam hoje na criação fictícia de valor por meio**

de finanças.” (SODRÉ, 2021, p. 60, grifo nosso). As pautas que buscam salvaguardar o direito dos povos originários e respeito ao meio ambiente, além das políticas de promoção da cidadania são contrárias a essa lógica capitalista e, portanto, são atacadas pela “Elite do Atraso” em diversos momentos da história do Brasil, pós-colonização.

5.1 O discurso ESG nas/das empresas

Animados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), este tema será abordado nos próximos módulos, organizações públicas e privadas construíram uma sigla que em muitos países a exemplo do Brasil são incorporadas como neologismo, a Environmental, social and governance (ESG) – Meio Ambiente, Social e Governança. Nele as organizações buscam implementar por intermédio de consultorias e setores de controle práticas empresarias que devem estar coerentes com os ODSs.

Sabemos que o capitalismo rapidamente se apropria e mercantiliza as suas práticas como um sistema orientado para gerar lucro, desigualdades e uma visão ocidentalizada do mundo (Acosta, 2016). Na bolsa de valores o capital financeiro que transforma os papéis imateriais em fonte de lucro para os especuladores, que refletimos juntamente com Sodré (2021), disponibilizou um bloco específico de empresas que podem fazer parte de um segmento de mercado das empresas que são, para eles, socialmente e ambientalmente responsáveis. Seus papéis são comercializados na bolsa de valores brasileira, a B3.

Quadro 1. Principais empresas ESG.



1º	Natura	6º	Bradesco
2º	Grupo Boticário	7º	Google
3º	Ambev	8º	Mercado Livre
4º	Magazine Luiza	9º	Itaú Unibanco
5º	Avon	10º	Unilever

FONTE: www.merco.info

Por um outro lado, a interface comunicação e cultura é efetivada aqui pelas empresas que buscam por intermédio dos seus departamentos de comunicação e marketing construir imagens favoráveis em direção à sociedade. O sociólogo Pierre Bourdieu (1999) desenvolveu a noção de economia das trocas simbólicas e poder simbólico. Para esse autor, as trocas mercantis não são somente animadas pelo capital monetário, mas também pelo capital simbólico. No caso das empresas privadas, a sua reputação positiva pode auxiliar no aumento do capital material e vice-versa. O termo *goodwill* (reputação) é utilizado pelo mercado financeiro para atribuir valor a empresas consideradas socialmente e ambientalmente responsáveis pelos próprios sistemas de classificação criados pelo próprio capitalismo. Aqui há um casamento entre o capital monetário e o simbólico e ambos são utilizados para potencializar uns aos outros.

O IPEA recentemente produziu indicadores que avaliam as ODSs nos municípios brasileiros. Em virtude da tamanha falta de dados para a concepção de planos, projetos e programas culturais, esta pode ser uma importante fonte de pesquisa para fundamentar a construção dos planos de ação, atividade final do curso.

No Brasil, os mais recentes e constantes crimes ambientais que arrasaram o território nacional, ocasionados pelas ações da Vale em Sobradinho e Mariana, e pela Brasken no bairro de Mutange em Maceió demonstram que apesar dos esforços de comunicação estratégica e marketing utilizados por essas empresas, sabemos que suas atividades são nocivas e predatórias às pessoas e aos territórios. Essa mesma concepção encontra um espelho na visão de mundo observada na Constituição do Brasil e de traços essencialmente desenvolvimentistas, aqui já abordados. Se no passado o país era explorado pela metrópole, hoje é refém do capital especulativo e dos grandes grupos empresariais internacionais que fazem uso de nossas terras e gentes em uma versão neoliberal. É sintomático que as 10 maiores empresas do país sejam em ordem a Petrobras, que tem sofrido vultuosos ataques da Elite do Atraso para privatização; a Vale, mineradora que continua o modelo extrativista do Brasil-Colônia e com o apoio do capital estrangeiro, a explorar os minérios

do solo brasileiro; a WEG, empresa que produz os motores do segmento das indústrias. As outras sete delas são bancos que fazem parte do capital especulativo já comentado por Sodré (2021) e que buscam exercer forte interferência na política econômica do país e força-lo a operar na lógica do estado mínimo e sem políticas sociais.

Quadro 2. Ranking das 10 maiores empresas em valor de mercado na B3.



FONTE: https://sitecontabil.com.br/noticias_empresariais/ler/veja-as-10-maiores-empresas-em-valor-de-mercado-em-2024

Como práticas de *greenwashing* e *socialwashing*, que também são neologismos utilizados para falar de práticas de empresas que buscam falsear esse caráter nocivo das empresas; a produção artística e cultural também são impactadas quando essas empresas propõem programas de patrocínio cultural, com isenção fiscal, para financiar projetos culturais. O mesmo também acontece em outros domínios a exemplo dos esportes, do social e do ambiente.



Saiba mais!

EDITAIS CULTURAIS

Vale: <https://vale.com/w/instituto-cultural-vale-investe-rdollar-2217-milhoes-em-patrocinios-que-chegam-a-todas-as-regioes-do-brasil-em-2024>

Natura: <https://www.natura.com.br/naturamusical>

Petrobras: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-abertas/selecao-petrobras-cultural-2013-novos-eixos>

Um filme denominado “*Vale?*”, de Paul Heritage e Marcelo Barbosa, vai na contramão dessa perspectiva das empresas de silenciarem os crimes ambientais que cometem.

As visões contrárias ao discurso hegemônico, como essa, são financiadas por organizações estrangeiras do terceiro setor. Esse filme contou com o patrocínio da Queen Mary University London no [People’s Palace Projects](#), que é “um centro de arte e pesquisa e reúne artistas, ativistas, acadêmicos e públicos para desafiar as injustiças sociais e climáticas com o poder das artes – no Reino Unido, Brasil e além.”

Em contrapartida, os patrocínios em cultura promovidos por essas organizações fazem circular os seus capitais simbólicos e buscam gerenciar a sua reputação em relação à opinião pública. Sabemos que o modelo de fomento cultural no país segue, ainda, dois grandes formatos: o mecenato e o edital. Ambas modalidades serão temas a serem discutidos em outros módulos desse curso, mas disponibilizamos aqui uma pesquisa de 2017, coordenada pelo Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) e financiada pelo MinC, que demonstra que esses modelos são ainda dominantes no país.

Figura 14. Livros: Financiamento e Fomento à Cultura nas Regiões Brasileiras e Financiamento e Fomento à Cultura no Brasil: Estados e Distrito Federal organizados por Antônio Albino Canelas Rubim e Fernanda Pimenta Vasconcelos.



FONTE: CULT.

Em algumas regiões, o volume de recurso investidos por mecenato, quando as empresas administram os recursos públicos de isenção fiscal, chegam a ser maiores se comparados aos investidos de modo direto pelo Estado, por intermédio dos editais. Observamos também que essa prática é replicada também nos estados e município. Valeria a pena uma reflexão mais cuidadosa do poder público em relação à essa dinâmica e às novas formas de fomento à cultura que pudessem garantir o Bem Viver (Acosta, 2016).



Imagem, Wikimedia Commons.

Considerações Finais



Esperamos que o percurso aqui trilhado possa ter auxiliado a refletir sobre outras formas de apreensão da cultura para além do viés desenvolvimentista. Como vimos, no fundo, essa visão hegemônica pretende eliminar a diversidade cultural por intermédio de uma dupla monocultura: de terras e de gentes. O consumismo se torna, assim, imperativo e anima, de outro lado, uma vida cujo sentido está atrelado ao consumo e à busca vazia de “riquezas materiais”. E esse modelo perdura no mundo desde a colonização e as bases econômicas que serviram de esteio para o advento do capital nas revoluções industriais.

A arte e a cultura ancoradas em sua pluralidade são as formas de esperar um novo mundo. Essa imposição de um mundo ocidentalizado só pode ser descortinada com a valorização das artes e da cultura para além da sua pasteurização. Quando agentes culturais lutam pela aprovação de dois marcos na política cultural brasileira que foram as Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo e em um período tão nefasto e devastador para o mundo e em especial para o Brasil, nos anima a seguir batalhando. Mesmo quando buscamos outras formas de fomento à cultura a exemplo do mecenato, não devemos perder de vista que o patrocínio cultural não pode ser entendido como uma caridade das empresas, mas, no mínimo, como uma prática de mitigação de impactos “culturais/socio/ambientais”. Portanto, não é favor patrocinar a cultura de um povo, é um dever das organizações públicas e privadas. Em especial num país marcado pelo extrativismo de terras e pessoas. É imperativo eliminar essas formas de extração dos nossos biomas e que vêm sendo realizado a mais se 500 anos em nosso país.

Apesar do nosso esforço de desassociar a cultura à visão desenvolvimentista, não queremos dizer com isso que ela não pode vir a servir de impulsionadora às economias criativas que serão tema de estudo dos próximos módulos. Aqui destacamos a criação da Secretaria Nacional de Economia Criativa, em 2012, com a aguerrida luta de Cláudia Leitão, bem como a política nacional desse segmento que vem sendo desenvolvida pelo Minc, atualmente, como importantes vetores de criação e de oposição à cultura consumista e ocidentalizada. Pois, deve buscar respeitar, sempre, a diversidade.

Deixaremos aqui mais uma questão para considerações futuras: em que medida as ações culturais e planos de cultura que realizamos podem estar ancoradas em uma perspectiva libertadora de desenvolvimento?

Bom trabalho!

Leituras Sugeridas

ADICHIE, C. N. **Os perigos de uma história única**. Oxford: Conference Annual – Technology, Entertainment and Design - Ted Global, 2009. Disponível em <https://www.gelsdes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>. Acesso em: 14 maio 2024.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária: Elefante, 2016.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BISPO dos Santos, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

COSTAS, Ruth. O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais. **BBC**, 13 maio 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru. Acesso em: 14 maio 2024.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**. Revista de Sociologia Política, Florianópolis, v. 3, n. 5, 2004.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. São Paulo: Record, 2022.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. São Paulo: Vozes, 2015.

HARVEY, David. From Managerialism to Entrepreneurialism: The

Transformation in Urban Governance in Late Capitalism. **Geografiska Annaler: Series B, Human Geography**, [s. l.], v. 71, n. 1, p. 3-17, 1989. <https://doi.org/10.1080/04353684.1989.11872583>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IDSC – BR. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil. A evolução das 5.570 cidades brasileiras em direção a agenda 2030 da ONU. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: 4 maio 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Episódios de racismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Documentos de uma militância Pan-Africanista. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KRENAK, Ailton Alves Lacerda. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LISBOA, Armando de Melo. **Revista Educação pública**, Cuiabá, v. 23, n. 53, maio/ago. 2014.

RUBIM, Albino; PIMENTA, Fernanda (org.) **Financiamento e fomento à cultura no Brasil**. Estados e Distrito Federal. Salvador: Edufba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/rj/25648/1/financiamento-fomento-cultura-Brasil-cult26-RI.pdf> Acesso em: 14 maio 2024.

RUBIM, Antonio Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Galáxia Revista Interdisciplinar de Comunicação e Cultura**, São Paulo, n. 13, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**. Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2023

SODRÉ, Muniz. **A Sociedade incivil**. Mídia liberalismo e finanças. São Paulo: Vozes, 2021

SOUSA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão a Bolsonaro. São Paulo: Estação Brasil, 2019

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança**. A África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. v. 1.

TZVETAN, Todorov. **A conquista da América**. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

UNCTAD. **Relatório de Economia Criativa**. [2010]. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 3 abr. 2024.



Pesquisa-Ação

Agentes Culturais
Democráticos



**Fundo
Nacional
da Cultura**
Lei Rouanet



CULT
CENTRO DE ESTUDOS
MULTIDISCIPLINARES
EM CULTURA



Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
Professor Milton Santos • UFBA | 10 Anos



Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia



Universidade
Federal da Bahia

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO